

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA**  
**MAGISTRATURA DO TRABALHO**

**1ª PROVA – ETAPA I**

**CURITIBA-PR 15/9/2001**

**DIREITO DO TRABALHO**

**1. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:**

- a) O prédio em que trabalha o empregado rural pode ser bem rústico;
- b) A atividade econômica do empregador rural não pode incluir exploração industrial;
- c) A pessoa jurídica pode ser empregadora rural, ainda quando aja por conta de terceiros;
- d) O trabalho pecuário noturno pode ser desenvolvido entre 20 h da noite antecedente e 4 h da madrugada subsequente;
- e) Todo o trabalho noturno rural, vedado ao menor de dezoito anos, será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a remuneração normal.

**2. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

- a) Uma associação recreativa não pode ser empregadora, caso possua personalidade jurídica própria;
- b) Extinto, automaticamente, o vínculo empregatício com a cessação das atividades da empresa, os salários só são devidos até a data da extinção.
- c) Os profissionais liberais não se equiparam ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego.
- d) Qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa afetará os direitos adquiridos por seus empregados.
- e) A solidariedade trabalhista pressupõe legalmente um vínculo de direção, controle ou administração de uma empresa por outra, caso em que haverá condenação subsidiária.

**3. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:**

- a) O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado.
- b) O contrato individual de trabalho não pode ter objeto que contrarie as decisões das autoridades competentes.
- c) Na falta de acordo ou prova sobre condição essencial ao contrato verbal, esta se presume inexistente, como se não a tivessem estatuído os interessados.
- d) É também indeterminado um contrato que suceda a um de prazo determinado, findo há seis meses, embora serviços especializados ou realização de certos acontecimentos possam infirmar tal conclusão.
- e) Dois contratos de experiência podem, ainda assim, ser a prazo determinado, mesmo entre idênticos empregador e empregado.

#### 4. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) Ao contrato de experiência aplica-se o princípio de que, em se tratando de um contrato por prazo determinado, que contenha cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, haverá regência da mesma forma que a rescisão de um contrato por prazo indeterminado.
- b) O contrato de trabalho por prazo determinado pode ser prorrogado tacitamente por até duas vezes, sem perder sua característica primitiva.
- c) A condição e o termo são elementos acidentais do contrato de trabalho, cuja ausência o descaracteriza.
- d) Um contrato de trabalho em que se prova judicialmente que o empregado o ajustou de boa-fé, não mais é passível de reconhecimento de nulidade ou algum vício da vontade.
- e) O direito do trabalho brasileiro é infenso ao contrato por equipe.

#### 5. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) A jornada é de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- b) O que a Constituição Federal assegura é 50% a mais, além do pagamento da hora em si, para cada hora extra laborada, porém assim dispõe em caráter mínimo;
- c) Não se configurando o turno ininterrupto de revezamento, a jornada constitucional máxima semanal é de quarenta e quatro horas de labor normal;
- d) A hora noturna, se trabalhada, tem exatos 7'30" a mais do que a hora diurna;
- e) A Constituição Federal não se ocupa de definir o percentil de remuneração do trabalho noturno em relação ao diurno, encontrando-se-o nas leis ordinárias.

**6. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

- a) A lei não considera salário o transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público;
- b) A lei computa na jornada de trabalho o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução;
- c) A lei não define como gorjeta a importância espontaneamente paga pelo cliente ao empregado; apenas o faz quando compulsória;
- d) Se o empregado tiver de receber também “percentagens”, ilícito é ajustar a sua percepção por períodos de 32 em 32 dias;
- e) Pode ocorrer que não tenha havido estipulação do salário. O empregador pode, então, escolher entre: pagar o mesmo que a outro empregado da mesma empresa, se equivalente o labor ou pagar o que for habitualmente percebido por outrem, mesmo em outra empresa, para serviço semelhante.

**7. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:**

- a) Ultimada a transação, a cessação das relações de trabalho por morte de qualquer dos sujeitos do contrato não prejudica a percepção da comissão devida. Idem, na hipótese de rescisão contratual por superveniência de justa causa;
- b) Havendo quadro de carreira, com promoções alternadas por antigüidade e merecimento, pode ser pago salário menor para um empregado que execute o mesmo serviço de outro, ainda que possua maior produtividade e/ou melhor produção técnica;
- c) O dolo autoriza o desconto do dano causado pelo empregado ao empregador, do salário daquele; a culpa, idem. Será em ambas as situações imprescindível o ajuste prévio, ainda que verbal.
- d) O salário é irredutível, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- e) A percepção da remuneração variável, quando inevitável, impõe ao empregador o dever de pagar ao menos o salário-mínimo, ainda que o resultado obtido pelo trabalhador justificasse pagamento menor.

**8. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

- a) Excedendo de seis horas o trabalho, será obrigatório um intervalo de quinze minutos quando a duração ultrapassar quatro horas.

- b) **Considera-se ilegal substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.**
- c) **A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho.**
- d) **Chefes de departamento e chefes de filiais não estão legalmente excetuados do cumprimento da duração normal do trabalho de oito horas diárias.**
- e) **O descanso de onze horas entre duas jornadas de trabalho soma-se ao de vinte e quatro horas consecutivas do descanso semanal, podendo este absorver aquele.**

**9. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:**

- a) **O rurícola que ainda não tenha completado 18 anos não pode trabalhar à noite;**
- b) **Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, quando presentes os pressupostos do artigo 3º da CLT.**
- c) **É de um biênio o prazo máximo de vigência de um contrato por prazo determinado, aí compreendida uma prorrogação.**
- d) **Quando a representação comercial incluir poderes atinentes ao mandato mercantil, serão aplicáveis, quanto ao exercício deste, os preceitos próprios da legislação comercial.**
- e) **O ordenamento positivo brasileiro não abre exceção a categoria profissional alguma, para permitir a concessão de intervalo para repouso e alimentação exclusivamente com base nos usos e costumes da região.**

**10. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

- a) **Os percentuais fixados em lei relativos ao salário “in natura” considerarão o real valor da utilidade, independentemente do valor da remuneração do empregado;**
- b) **A gratificação por tempo de serviço, se paga mensalmente, repercute no cálculo do repouso semanal remunerado.**
- c) **O adicional de periculosidade incide sobre o salário básico e sobre este, acrescido de outros adicionais de natureza salarial.**
- d) **Forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância, de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, existentes a personalidade e a subordinação direta.**
- e) **Excetuado o trabalho a domicílio, é proibida qualquer discriminação no tocante a salários e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.**

**11. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA.**

**I) - O contrato de trabalho por ser bilateral é acordo de vontades e depende sempre de forma solene ou não defesa em lei.**

**II) - Para sua validade, o contrato de trabalho exige que seu objetivo não seja nem ilícito nem impossível.**

**III) – Independente de ajuste, a prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho.**

**IV) - A relação de emprego caracteriza-se pela prestação de serviços não eventuais e subordinados mediante salário, sob a forma escrita.**

- a) I e II estão corretas.
- b) II e III estão incorretas.
- c) Apenas a II está correta.
- d) Apenas a III está incorreta.
- e) Todas estão incorretas.

**12. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA.**

**I – Não caracteriza dupla punição a demissão por justa causa do empregado que chega atrasado ao trabalho após cumprir pena de suspensão por três dias, decorrente de desídia.**

**II – A continuidade de prestação de serviços após 90 dias é fato impeditivo a caracterização do término do contrato de experiência.**

**III – Homologado o pedido de demissão com recebimento das verbas rescisórias, é defeso ao empregado propor ação trabalhista com objetivo de receber diferenças de valores referentes a direitos pagos, exceto as prescritas.**

**IV – Brigas e ofensas físicas junto ao portão de entrada do estabelecimento, no intervalo de almoço, praticadas por empregados da mesma empresa, configuram justa causa para demissão sem ônus para o empregador, em relação ao elemento mais antigo na empresa.**

- a) I e IV estão incorretas
- b) II e III estão corretas.
- c) I e II estão corretas.
- d) III e IV estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

**13. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA.**

**I - Sendo o aviso prévio a comunicação antecipada da parte que deseja romper o contrato de trabalho, a ocorrência de enfermidade impede a extinção do contrato, porque unguído o empregado, automaticamente, pela estabilidade.**

**II) – A proporcionalidade do aviso prévio prevista constitucionalmente (inciso XXI do Art. 7º), delimitada através de Convenção Coletiva, impõe apenas ao empregado a comunicação antecipada de sua intenção em romper o contrato.**

**III – Enquanto não houver previsão legal regulamentando a proporcionalidade do aviso prévio, a decisão que o defere ofende o próprio Art. 7º XXI da Constituição Federal.**

**IV – O aviso prévio subsiste, caso o síndico opte pela rescisão contratual, porque os contratos bilaterais não se resolvem, necessariamente, pela falência.**

**V - No 1º dia do aviso prévio dado pelo empregador, a empregada sofre pequeno acidente no pátio da empresa e, durante a semana, ainda no hospital, é confirmado seu estado gestacional, fato que posterga o aviso prévio para 150 (cento e cinquenta) dias após o parto, ante a estabilidade da gestante.**

- a) I e II estão corretas.
- b) I e III estão incorretas.
- c) I e IV estão corretas.
- d) III e IV estão incorretas.
- e) III e V estão corretas

**14. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

**I - Ante o amparo legal inserto no parágrafo único do Art. 7º da Constituição Federal, em cotejo com o parágrafo único do Art. 3º do Dec. 99.684 de 08/11/90 que regulamenta a Lei 8.036 de 11 de maio/90, o empregado doméstico passou a fazer jus ao FGTS.**

**II - A indenização no percentual de 40% alusiva ao FGTS, relativa ao contrato de trabalho e amparada pelo Art. 10 do ADCT, incide sobre aviso prévio.**

**III - As condições mais benéficas pactuadas através de Acordos Coletivos e Convenções Coletivas aderem aos contratos de trabalho, integrando-se, definitivamente, ao patrimônio dos trabalhadores.**

**IV - Sindicatos de Trabalhadores e Sindicatos de categorias econômicas são sujeitos ativos e passivos do Acordo Coletivo de Trabalho que tem por objetivo regulamentar as normas e condições de Trabalho, enquanto que a Convenção Coletiva é firmada entre empregados e empregadores de empresa específica não podendo vigor por prazo superior a dois anos.**

**V - Em um município não pode haver mais de um sindicato representativo da categoria.**

- a) II e V estão corretas.
- b) II e III estão corretas.
- c) IV e V estão incorretas.
- d) Apenas a V está correta.
- e) Todas estão corretas.

**15. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA: (ANULADA)**

**I – Com o advento da Lei 9.958/2000 que acrescentou à CLT os Arts. 625-A-B-C-D-E-F-G-H, estabeleceu uma exigência a mais para o ajuizamento do dissídio coletivo: a submissão prévia do conflito às Comissões de Conciliação Prévia. Essa exigência colocase como condição do dissídio coletivo, já que, inobservado esse requisito, faltaria interesse de agir.**

**II – As empresas e os sindicatos podem instituir comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho.**

**III – O termo de conciliação firmado perante as Comissões de Conciliação Prévia é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.**

**IV – É vedada a dispensa dos representantes dos empregados das Comissões de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após final do mandato, salvo se cometerem falta grave.**

- a) I e IV estão corretas.
- b) II e III estão incorretas.
- c) III e IV estão corretas.
- d) Apenas I está incorreta.
- e) Todas alternativas estão corretas.

**16. QUAL A ALTERNATIVA CORRETA, QUE ENCERRA TODAS AS FONTES FORMAIS DO DIREITO DO TRABALHO:**

- a) Constituição, a lei e o regulamento de empresa;
- b) Constituição, a súmula, a lei e a convenção coletiva de trabalho;
- c) A lei, a convenção coletiva de trabalho, o regulamento de empresa e as sentenças de mérito transitadas em julgado;
- d) A lei, a convenção coletiva de trabalho, a sentença normativa da Justiça do Trabalho, o regulamento e o costume;

- e) A Constituição, a lei, a sentença normativa da Justiça do Trabalho, o regulamento, o costume e a convenção coletiva de trabalho;

**17. EM RELAÇÃO AO TRABALHO FERROVIÁRIO, ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:**

- a) Considera-se de “sobreaviso” o empregado efetivo, que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço.
- b) Considera-se de “prontidão” o empregado que ficar nas dependências da Estrada, aguardando ordens.
- c) Será computado como de trabalho efetivo todo o tempo em que o empregado estiver à disposição da Estrada.
- d) O horário de trabalho dos operadores telegrafistas nas estações de tráfego intenso não excederá de 6 (seis) hora diárias.
- e) O horário normal de trabalho dos cabineiros nas estações de tráfego intenso não excederá de 6 (seis) horas diárias.

**18. UMA EMPREGADA ADMITIDA PARA EXERCER CARGO DE CONFIANÇA APÓS UM MÊS DE TRABALHO ENGRAVIDA, COMUNICANDO O FATO AO EMPREGADOR. DECORRIDOS DOIS MESES E MEIO DO INÍCIO DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA, O EMPREGADOR ALEGANDO TER DESAPARECIDO O REQUISITO – CONFIANÇA – DESPEDE-A. FRENTE À LEGISLAÇÃO CELETISTA, A DESPEDIDA OBRIGARÁ O EMPREGADOR A:**

- a) conceder reintegração no emprego, arcando com as obrigações salariais daí decorrentes;
- b) apenas indenizar o período de estabilidade que restar;
- c) pagar as verbas naturais da rescisão sem justa causa;
- d) pagar as verbas rescisórias, acrescentando a indenização face à estabilidade;
- e) nenhuma das alternativas;

**19. É CORRETO AFIRMAR QUE O NÃO PAGAMENTO, CONTUMAZ, DE DÍVIDAS LEGALMENTE EXIGÍVEIS É MOTIVO PARA JUSTA CAUSA DOS:**

- a) empregados que exerçam cargo de confiança;
- b) empregados bancários, de modo geral;
- c) empregados vinculados ao comércio, em geral;
- d) empregados celetistas da administração pública;
- e) nenhuma das hipóteses;



**20. QUAL A ALTERNATIVA QUE NÃO INDICA UMA FONTE FORMAL DO DIREITO DO TRABALHO:**

- a) Constituição;
- b) Lei;
- c) Convenção Coletiva de Trabalho;
- d) Súmula;
- e) Regulamento;

### **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

**21. É INTEIRAMENTE CORRETO AFIRMAR EM RELAÇÃO AO PRINCÍPIO INQUISITÓRIO:**

**I – É exclusivo do Processo do Trabalho, só não se aplicando em relação à iniciativa do juiz para a ação.**

**II – Comum ao Processo Civil e ao Processo do Trabalho, obstaculiza a iniciativa do juiz somente para a instauração do dissídio coletivo.**

**III – Importa na iniciativa do juiz para a ação e a execução apenas.**

**IV – O juiz tem a iniciativa somente para o dissídio coletivo.**

**V – A iniciativa do juiz volta-se à ação, à execução, aos dissídios coletivos e à produção da prova.**

- a) Estão corretas apenas as alternativas I e IV.
- b) Somente a alternativa II é correta.
- c) Apenas a alternativa V é correta.
- d) A alternativa III é correta.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

**22. EM SE TRATANDO DE PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO REPUTA-SE INTEIRAMENTE CORRETO AFIRMAR (LEI 9957, DE 13/01/2000):**

**I – Pacífica a admissão dos institutos voltados à intervenção de terceiros e assistência (simples ou litisconsorcial).**

**II – Não serão admitidos o litisconsórcio, a ação rescisória e a antecipação de tutela.**

**III – Não há prazo para quesitos a serem encaminhados ao perito.**

**IV – Antecipação de tutela não será admitida no procedimento sumaríssimo, já revestido de celeridade bastante.**

**V – Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a administração pública direta, autárquica e fundacional.**

- a) **I, II e IV estão corretas.**
- b) **Somente a III está correta.**
- c) **I e II estão corretas.**
- d) **Apenas a V está correta.**
- e) **Todas as alternativas estão corretas.**

**23. ASSINALE A AFIRMATIVA CORRETA:**

**I – Elaborada a conta e tornada líquida, deverá o juiz abrir às partes prazo sucessivo de 8 (oito) dias para a impugnação fundamentada.**

**II – Os juros de mora, na liquidação de sentença, são devidos a partir da data da exigibilidade do crédito.**

**III – O prazo para embargar a execução, pelo executado, é de 8 (oito) dias, possuindo o exequente igual prazo para impugnação.**

**IV – Serão julgados na mesma sentença os embargos e as impugnações à liquidação apresentadas pelos credores trabalhistas e previdenciário.**

**V – A fraude à execução só se caracteriza, mediante ação própria, no Processo do Trabalho, após o juiz exarar o “cite-se”, dando início à execução.**

- a) **I e II estão corretas.**
- b) **II e IV estão corretas.**
- c) **III e V estão corretas.**
- d) **Apenas a IV está correta.**
- e) **Apenas a I está correta.**

**24. ASSINALE A ASSERTIVA CORRETA EM EXECUÇÃO TRABALHISTA:**

**I – A matéria de defesa, em embargos à execução, volta-se às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.**

**II – O juiz deverá, ouvido o Ministério Público do Trabalho, marcar audiência para inquirir testemunhas se a defesa arrolá-las.**

**III – Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.**

**IV – Aos trâmites e incidentes da execução são aplicáveis, naquilo que não forem incompatíveis com o processo do trabalho, os preceitos alusivos aos executivos fiscais para cobrança judicial da dívida da Fazenda Pública Federal.**

**V – Subsistente a penhora, proceder-se-á à avaliação dos bens penhorados.**

- a) **Todas as assertivas estão incorretas.**
- b) **Nenhuma assertiva está incorreta.**
- c) **Somente I e III estão incorretas.**
- d) **Somente a IV está incorreta.**
- e) **Apenas a II está incorreta.**

**25. É CORRETO AFIRMAR:**

**I – A arrematação é anulável, no Processo Trabalhista, por ação ordinária, como os atos jurídicos em geral; se, porém, forem apresentados e julgados embargos à arrematação, será necessária ação rescisória para anular decisão neles proferida.**

**II – Cabe ação pauliana no Processo do Trabalho para comprovar fraude à execução.**

**III – Mandado de segurança é admissível para proteger direito líquido e certo.**

**IV – A reconvenção pode ser apresentada independente de ação principal, em face da natureza jurídica de ação autônoma que encerra.**

**V – A ação anulatória de cláusula convencional é admitida no Processo do Trabalho somente quando interposta, pelos sindicatos, no primeiro grau de jurisdição, sob pena de supressão de instância.**

- a) **Apenas I e III estão corretas.**
- b) **Somente IV está correta.**
- c) **Nenhuma assertiva está correta.**
- d) **Todas as assertivas estão corretas.**
- e) **Apenas a V está correta.**

**26. A DOUTRINA, DE MODO GERAL, DIVIDE OS PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL EM DOIS GRANDES GRUPOS: UM RELATIVO AO PROCESSO, E OUTRO, AO PROCEDIMENTO. ESSA MESMA TÉCNICA APLICA-SE AO PROCESSO DO TRABALHO. POSTO ISSO, É CORRETO INDICAR COMO PRINCÍPIOS INFORMATIVOS DO PROCEDIMENTO TRABALHISTA:**

- a) **oralidade, publicidade, economia processual e a verdade real;**
- b) **oralidade, economia processual, verdade real, lealdade e o contraditório;**
- c) **oralidade, publicidade, economia processual e preclusão;**

- d) publicidade, preclusão, boa-fé, inquisitivo e economia processual;
- e) contraditório, duplo grau de jurisdição, publicidade e oralidade;

**27. INDIQUE QUAL A ÚNICA ALTERNATIVA QUE REPRESENTA OS DEVERES PRECÍPUOS DOS JUÍZES DO TRABALHO, ALÉM DAQUELES QUE DECORRAM DO EXERCÍCIO DE SUA FUNÇÃO:**

- a) manter perfeita conduta pública e privada; abster-se de atender solicitações ou recomendações iminentes aos feitos que foram ou serão submetidos à sua apreciação; despachar e praticar demais atos decorrentes da sua função, no prazo legal; residir dentro dos limites de sua jurisdição, não se ausentando sem autorização do Presidente do Tribunal Regional;
- b) manter perfeita conduta pública; abster-se de atender solicitações ou recomendações iminentes aos feitos que foram ou serão submetidos à sua apreciação; despachar e praticar demais atos decorrentes da sua função, não sendo necessário observar os prazos legais; residir dentro dos limites de sua jurisdição, não se ausentando sem autorização do Presidente do Tribunal Regional;
- c) manter perfeita conduta pública e privada; abster-se de atender solicitações ou recomendações iminentes aos feitos que foram ou serão submetidos à sua apreciação; despachar e praticar demais atos decorrentes da sua função, no prazo legal; residir dentro dos limites de sua jurisdição, não se ausentando sem autorização do Juiz Corregedor;
- d) manter perfeita conduta privada; abster-se de atender solicitações ou recomendações iminentes aos feitos que foram ou serão submetidos à sua apreciação; despachar e praticar demais atos decorrentes da sua função, no prazo legal; residir dentro dos limites de sua jurisdição, não se ausentando sem autorização do Presidente do Tribunal Regional;
- e) manter perfeita conduta pública e privada; abster-se de atender solicitações ou recomendações que extrapolem os limites de sua jurisdição, em relação aos feitos que serão ou foram submetidos à sua apreciação; despachar e praticar demais atos decorrentes da sua função, no prazo legal; residir dentro dos limites de sua jurisdição, não se ausentando sem autorização do Presidente do Tribunal Regional;

**28. JUNTADO LAUDO PERICIAL, EM DETERMINADO PROCESSO, A MATÉRIA OBJETO DA PERÍCIA NÃO SE APRESENTA SUFICIENTEMENTE ESCLARECIDA, IMPEDINDO O ENCERRAMENTO DA FASE INSTRUTÓRIA. AO JUIZ DA CAUSA É PERMITIDO:**

- a) deferir a realização de outra perícia, apenas se o requerer o reclamado;
- b) deferir a realização de outra perícia, apenas por requerimento do reclamante;
- c) deferir a realização de outra perícia, se solicitado pelo perito do juízo;
- d) deferir a realização de outra perícia, de ofício;

e) deferir a realização de outra perícia, apenas se as partes litigantes concordarem;

**29. RECEBENDO O JUIZ UMA PETIÇÃO DE AÇÃO RESCISÓRIA, DEVERÁ MANDAR CITAR A PARTE ADVERSA EM QUE PRAZO ?**

- a) de 10 a 30 dias;
- b) de 15 a 30 dias;
- c) de 10 a 45 dias;
- d) de 15 a 60 dias;
- e) não existe limitação mínima ou máxima;

**30. APONTE O PRAZO PRESCRICIONAL PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO AJUIZAR AÇÃO DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO, EM DECORRÊNCIA DE SIMULAÇÃO ENTRE AS PARTES:**

- a) cinco anos;
- b) quatro anos;
- c) dez anos;
- d) três anos;
- e) dois anos;

**31. É CORRETO AFIRMAR QUE:**

I – Com o advento da Lei 8.906 de 04/07/94, a indispensabilidade do advogado à administração da justiça revogou o “jus postulandi” no âmbito da Justiça do Trabalho.

II – O direito de argüir a compensação preclui quando não alegada em defesa, mas se esta for oral, em razões finais ainda é possível exercer o ato.

III – Havendo pluralidade de réus, se apenas um contestar a ação, não se reputarão verdadeiros os fatos alegados pelo autor.

IV – Considerando que a desistência da ação não obsta ao prosseguimento da reconvenção, contestada esta, preclui o direito do autor em conciliar na audiência de instrução e julgamento da ação.

V – sendo a conciliação decisão irrecurável, a homologação respectiva torna imutáveis os termos pactuados pelos procuradores, somente quando ocorrer a substituição processual.

- a) I e II estão corretas.
- b) II, III e IV estão corretas.
- c) III e V estão incorretas.

- d) I, IV e V estão incorretas.
- e) Somente a III está correta.

**32. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

**I – As nulidades dos atos processuais não são declaradas, senão mediante provocação das partes, caso em que serão considerados nulos os atos decisórios.**

**II – As nulidades não serão pronunciadas, exceto se argüidas em audiência, quando for possível suprir-lhe a falta ou repetir o ato.**

**III – Preclusão é a perda do direito de praticar ato processual por inércia ou abstenção do titular; enquanto a prescrição é a perda do direito de ação por decurso do tempo e inércia do titular do referido direito.**

**IV – Entende-se por perempção a perda do direito de ação motivada por duas extinções do processo; entende-se por decadência a perda do direito material, em razão de não ter sido exercitado no prazo.**

- a) I e II estão corretas.
- b) I e III estão incorretas.
- c) II e IV estão corretas.
- d) III e IV estão corretas.
- e) Todas estão incorretas.

**33. “O RECURSO INTERPOSTO POR UM DOS LITISCONSORTES A TODOS APROVEITA” (ART. 509 DO CPC). REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL TRATA DO:**

- a) Litisconsórcio simples.
- b) Litisconsórcio unitário.
- c) Litisconsórcio necessário.
- d) Litisconsórcio facultativo.
- e) Nenhuma das alternativas é correta.

**34. PROPOSTA A AÇÃO RESCISÓRIA POR TERCEIRO INTERESSADO, TODOS OS QUE, NO MOMENTO DA SENTENÇA RESCINDENDA, FIGURAVAM COMO PARTE DEVERÃO, EM PRINCÍPIO, NELA FIGURAR, POSTO QUE SE TRATA DE LITISCONSÓRCIO:**

- a) Passivo, necessário, simples;
- b) Passivo, necessário, unitário;
- c) Misto, facultativo, simples;
- d) Misto, necessário, unitário;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**35. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA, EM SE TRATANDO DO PROCESSO DO TRABALHO:**

- a) O revel, embora apanhando o processo no estado em que se encontra, deve ser intimado para apresentar razões finais;
- b) A impugnação ao valor da causa deve, necessariamente, ser deduzida em autos apartados;
- c) Reputa-se inválida a notificação quando não efetuada de forma pessoal ao reclamado;
- d) O Ministério Público do Trabalho deve argüir a prescrição somente no grau de jurisdição.
- e) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**36. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

- a) Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevantes as alterações de competência em razão da matéria ou da hierarquia, diante do princípio do Juízo Natural.
- b) A ação intentada perante Tribunal estrangeiro induz litispendência, obstando a que autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.
- c) Argúi-se, por meio de exceção, a incompetência relativa e, como preliminar de mérito, a incompetência absoluta.
- d) São condições da ação a capacidade e legitimidade das partes, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido.
- e) A finalidade primordial das ações cautelares é a de assegurar o resultado útil do processo principal, por isso diz-se que não há referibilidade a um direito em razão do nexu endógeno em relação à pretensão de direito material.

**37. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:**

- a) A ação declaratória tem por objetivo eliminar a incerteza acerca da existência ou inexistência de uma relação jurídica ou da autenticidade ou falsidade de determinado documento, destinando-se, portanto, à supressão da dúvida.
- b) Na ação executiva *lato sensu* a medida não atua sobre a vontade da parte, nem por esta é efetivada, pois os atos necessários para a satisfação do credor são realizados por agentes do Poder Judiciário ou por terceiros, por determinação do juiz.

c) Na tutela de execução em sentido estrito busca-se algo que está dentro do patrimônio do devedor legitimamente para a satisfação de um direito de crédito já reconhecido pela tutela condenatória.

d) A ação mandamental é aquela que tem por finalidade preponderante que alguma pessoa atenda àquilo que o Juízo determina, por isso o ato do juiz é junto, imediatamente às palavras.

e) Nas ações mandamentais e executivas *lato sensu* conhecimento e execução acham-se separados em duas relações processuais distintas; primeiramente há uma relação processual de conhecimento seguida de uma relação processual de execução da ordem emitida.

### 38. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) A pronúncia da prescrição ou da decadência pelo juiz acarreta a extinção do processo sem julgamento do mérito.

b) O juiz conhecerá, com ou sem a provocação das partes, a eventual ausência dos pressupostos processuais, condições da ação ou a existência de preempção, litispendência ou de coisa julgada.

c) O juiz suspenderá o processo quando a sentença de mérito depender do julgamento de outra causa ou da declaração da existência ou inexistência da relação jurídica, que constitua o objeto principal de outro processo pendente, pelo prazo de até dois anos.

d) A impossibilidade jurídica do pedido, embora acarrete a extinção do processo sem julgamento do mérito, não é causa de inépcia da petição inicial.

e) Com a distribuição da petição inicial onde houver mais de uma vara ou com o despacho do juiz, considera-se proposta a ação, tornando prevento o Juízo e induzindo a litispendência.

### 39. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) A denunciação da lide é obrigatória, no procedimento ordinário e sumário, ao alienante, na ação em que terceiro reivindique a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção resulta.

b) O art. 282 do CPC adotou a teoria da substanciação do pedido, a qual exige a dedução dos fundamentos de fato e de direito da pretensão (causa de pedir próxima e causa de pedir remota).

c) O pedido será alternativo quando o juiz, uma vez não acolhendo o anterior, conheça do pedido posterior, em atendimento ao princípio da economia processual.



d) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que: 1º) haja entre eles conexão; 2º) sejam compatíveis entre si; 3º) seja competente o juiz para apreciar todos eles; 4º) o tipo do procedimento seja adequado para todos eles.

e) Quando o autor houver omitido, na petição inicial, pedido que lhe era lícito fazer, só por ação distinta poderá formulá-lo.

#### 40. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) São pressupostos para admissibilidade da reconvenção: 1º) que o juiz da causa principal não seja absolutamente incompetente para julgar a reconvenção; 2º) que haja compatibilidade entre os ritos procedimentais da ação principal e da ação reconvenicional; 3º) que haja processo pendente (litispendência); 4º) que haja conexão entre a reconvenção, a ação principal ou algum dos fundamentos da defesa.

b) É admissível reconvenção em ação declaratória.

c) Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada, de que não caiba recurso.

d) Não se aplica o efeito da revelia, disposto no art. 319 do CPC, ao revel que tenha sido citado por edital ou com hora certa.

e) É possível, em tese, ainda que ocorra a revelia e confissão quanto à matéria de fato, o juiz rejeitar a pretensão do autor.

#### 41. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) O ônus da alegação do fato consiste na necessidade de afirmá-lo nas causas de pedir ou no fundamento do pedido. Difere do ônus da prova que consiste na necessidade de a parte comprovar as suas alegações.

b) Fato instrutório ou secundário é a circunstância fática objeto de prova, da qual não resultam diretamente as conseqüências jurídicas, mas que tornam certa a existência ou inexistência do fato jurídico. Fato essencial é aquele que constitui o fundamento jurídico do pedido, do qual resultam diretamente as conseqüências jurídicas.

c) Regras ou máximas de experiência compõem o raciocínio do juiz com base em algo que habitualmente acontece.

d) Indício é um início de prova ou fato conhecido secundário, através do qual será possível extrair ilações ou presunções da ocorrência do fato constitutivo ou essencial alegado nas causas de pedir.

e) Costume é a prática reiterada de uma conduta com a convicção jurídica de que é necessária e, por ser de conhecimento geral, sempre dispensa a produção probatória, pois é de conhecimento notório das pessoas.

**42. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA. O PRAZO PARA O MENOR IMPÚBERE PROPOR AÇÃO RESCISÓRIA É DE:**

- a) 5 anos.
- b) 4 anos.
- c) 3 anos
- d) 2 anos.
- e) Nenhuma das alternativas.

**43. EM RELAÇÃO AO MANDADO DE SEGURANÇA, CONSIDERA-SE INCORRETA A SEGUINTE AFIRMAÇÃO:**

- a) O prazo para impetrar mandado de segurança é de cento e vinte dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- b) O pedido de mandado de segurança não poderá ser renovado se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- c) Aplicam-se ao mandado de segurança os artigos do Código de Processo Civil que regulam o litisconsórcio.
- d) A decisão do mandado de segurança não impedirá que o requerente, por ação própria, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
- e) Da sentença, negando ou concedendo o mandado, cabe apelação.

**44. INDIQUE A ALTERNATIVA INCORRETA. SÃO TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS:**

- a) A sentença condenatória proferida no processo civil.
- b) A sentença penal condenatória transitada em julgado.
- c) A sentença arbitral e a sentença homologatória de transação ou de conciliação.
- d) O formal e a certidão de partilha.
- e) O crédito de serventário de justiça, de perito, de intérprete, ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.

**45. INDIQUE A ALTERNATIVA CORRETA.**

- a) A execução é definitiva, quando fundada em sentença.
- b) A execução é definitiva apenas quando fundada em título extrajudicial.
- c) A execução é definitiva apenas quando fundada em título judicial ou título extrajudicial.
- d) A execução é definitiva quando fundada em sentença transitada em julgado ou em título extrajudicial.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

#### **46. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

**I - A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional, sendo defeso ao juiz proferir sentença ilíquida quando o autor tiver formulado pedido certo.**

**II - É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado, exceto se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caso em que caberá ao juiz tomá-lo em consideração de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença.**

**III – São requisitos da sentença o relatório, os fundamentos e o dispositivo e, ao ser publicada, o juiz encerra o ofício jurisdicional, só podendo alterá-la para corrigir inexatidões materiais ou lhe retificar erros de cálculos, eis que defeso é decidir questões já decididas, exceto nos casos previstos em lei.**

**IV – Não fazem coisa julgada os motivos ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.**

**V – A liquidação de sentença por artigos é caracterizada pela necessidade de prova de certo fato para chegar-se ao valor.**

- a) I e II estão incorretas.
- b) III e IV estão incorretas.
- c) Apenas a alternativa V é correta.
- d) Todas as alternativas são corretas.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

#### **47. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA.**

**I – A execução pode ser promovida pelo credor e pelo Ministério Público nos casos prescritos em lei. Podem também promover a execução ou nela permanecer o espólio, os herdeiros ou os sucessores do credor, sempre que, por morte deste, lhes for transmitido o direito resultante do título executivo. O cessionário, quando o direito resultante do título executivo lhe foi transferido por ato entre vivos e o sub-rogado, nos casos especificados na lei.**

**II – São sujeitos passivos na execução o devedor, reconhecido como tal no título executivo: o espólio, os herdeiros ou os sucessores do devedor; o novo devedor, que assumiu, com o consentimento do credor, a obrigação resultante do título executivo; o fiador judicial e o responsável tributário, assim definido na legislação própria.**

**III – É faculdade do credor desistir de toda execução ou de algumas medidas executivas.**

**IV – O credor não pode acumular várias execuções fundadas em títulos diferentes, ainda que, contra o mesmo devedor.**

**V – Dentre outros, também a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque se enquadram como títulos executivos extrajudiciais.**

- a) I e II estão incorretas.
- b) III e IV estão incorretas.
- c) apenas a IV está incorreta.
- d) Todas estão corretas.
- e) Nenhuma das alternativas.

#### **48. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA.**

**I – Todos os meios legais de provas são admitidos para provar a verdade dos fatos em que se funda a ação, mas o documento particular, admitido expressa ou tacitamente, é indivisível, sendo defeso à parte que pretende se utilizar dele aceitar os fatos que lhe são favoráveis e recusar os que são contrários ao seu interesse, salvo se provar que estes não se verificaram.**

**II – Dentro do procedimento probatório, a única verdade que existe é a consubstanciada na prova dos autos, podendo o juiz, ao formar sua convicção, apreciar livremente a prova invocando a cognição privada por possuir conhecimento pessoal dos fatos, ante o preceituado no art. 335 do CPC, à exceção do exame pericial.**

**III – Todas as provas devem ser produzidas em audiência.**

**IV – É do autor o ônus da prova quanto ao fato constitutivo do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.**

**V – Os fatos notórios, os afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, os admitidos no processo, como incontroversos e os não contestados não dependem de prova.**

- a) I e IV estão incorretas.
- b) II, III e V estão corretas.
- c) I, IV e V estão corretas.
- d) II, IV e V estão incorretas.
- e) Todas estão incorretas.

#### **49. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:**

**I – Para a validade da sentença, é necessário constar o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas e a respectiva conclusão, não sendo o relatório a principal parte da mesma e sim o dispositivo que faz lei entre as partes.**

**II – Em relação à sentença, é considerado “extra petita” aquela que defere algum direito não postulado, enquanto que a “ultra petita” é aquela que defere além do que foi postulado.**

**III – A sentença faz coisa julgada em relação aos direitos constantes da parte dispositiva gerando coisa julgada material que é a eficácia que a torna imutável e indiscutível não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.**

**IV – Preclusão é a perda do direito de praticar ato processual por decurso de prazo, enquanto que coisa julgada formal ocorre quando não mais se pode discutir no processo o que já se decidiu.**

- a) I e II estão corretas.
- b) III e IV estão incorretas.
- c) Todas estão corretas
- d) Apenas I está incorreta.
- e) Nenhuma das alternativas.

#### **50. ASSINALE A AFIRMATIVA CORRETA.**

**I – Caberá recurso extraordinário das decisões, em única ou última instância, proferidas por outros Tribunais somente depois de esgotados todos os recursos ordinários previstos em lei, sendo competente o STF para apreciar as questões que impliquem violação de normas contidas na atual Constituição Federal.**

**II – Constituem pressupostos de admissibilidade dos recursos: sucumbência, legitimidade, regularidade de representação processual do recorrente, tempestividade, preparo, quando for o caso, e as razões do pedido de reforma da decisão.**

**III – A interposição do recurso sobresta sempre o andamento normal do processo na instância ordinária, devolvendo-se ao Tribunal recorrido toda a matéria em decorrência do duplo grau de jurisdição.**

**IV – O julgamento proferido pelo Tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso.**

**V – São recorríveis as sentenças interlocutórias, somente quando da sentença terminativa, sendo que o protesto nos autos tem juridicidade e razão de ser, pois o silêncio da parte e a ausência de qualquer requerimento contrário ao decidido, implicam concordância tácita.**

- a) Apenas a II está correta.**
- b) Todas estão incorretas.**
- c) Todas estão corretas.**
- d) Apenas a III e a V estão incorretas.**
- e) Nenhuma das alternativas.**